

Vulnerabilidades, visibilidades e insurgências dos sujeitos em organizações no ambiente das mídias digitais: um estudo exploratório¹

Vulnerabilities, visibilities and insurgences of subjects in organizations in the digital media environment: an exploratory study

Vulnerabilidades, visibilidades e insurgências dos sujeitos em organizaciones no ambiente das mídias digitais: um estudio exploratório

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Universidade Federal de Minas Gerais
<angelasalgueiro@gmail.com>

Luís Mauro Sá Martino

Faculdade Cásper Líbero
<lmsmartino@gmail.com>

Resumo

Este artigo delinea alguns aspectos da relação entre mídia digital e comunicação organizacional a partir do conceito de vulnerabilidade. Argumenta que a cultura do “*always on*” torna as pessoas, especialmente os funcionários, particularmente vulneráveis à gestão institucional, e até mesmo ao controle de subjetividades e autoimagens. O artigo discute os limites do controle institucional da liberdade pessoal nas mídias sociais, ressaltando que a exibição voluntária de informações pessoais abre um caminho mais amplo para a vigilância e a restrição – por mais que a postagem de um funcionário possa prejudicar a reputação de uma organização. Apoiado nos estudos de Foucault e Butler sobre poder e vulnerabilidade,

Abstract

This paper outlines some aspects of the relationship between digital media and organizational communication from the point of view of the concept of vulnerability. It argues that the always on culture make people, especially employees, particularly vulnerable to institutional management, and even control, of subjectivities and self-images. The paper discusses the limits of institutional control of the personal freedom in social media, stressing that the voluntary display of personal information open a wider path to surveillance and restriction – as much as an employee’s post might damage an organization’s reputation. Grounded on Foucault and Butler studies on power and vulnerabi-

Resumen

Este artículo esboza algunos aspectos de la relación entre los medios digitales y la comunicación organizacional a partir del concepto de vulnerabilidad. Argumenta que la cultura “*siempre activa*” vuelve a las personas, especialmente a los empleados, particularmente vulnerables a la gestión institucional, e incluso al control de subjetividades y autoimágenes. El artículo analiza los límites del control institucional de la libertad personal en las redes sociales y señala que la exhibición voluntaria de información personal abre una vía más amplia para la vigilancia y la restricción, por mucho que la publicación de un empleado pueda dañar la reputación de una organización. Apoyado en los estudios de Foucault y Butler sobre el poder y la vulnera-

¹ A realização deste trabalho contou com o apoio do CNPq.

o argumento é desenvolvido a partir de informações coletadas em jornais brasileiros, vistas como um sintoma, ainda que não sistemático, de uma tendência social mais ampla.

Palavras-Chave: Vulnerabilidade. Comunicação Organizacional. Vigilância. Resistências. Sujeitos.

lity, the argument is developed on information gathered from Brazilian broadsheets, seen as a symptom, however non-systematic, of a broader social trend.

Keywords: Vulnerability. Organizational Communication. Vigilance. Resistance. Subjects.

bilidad, el argumento se desarrolla a partir de información recopilada en periódicos brasileños, vista como un síntoma, aunque asistemático, de una tendencia social más amplia.

Palabras Clave: Vulnerabilidad. Comunicación organizacional. Vigilancia. Resistencias. Asignaturas.

Introdução

Estudos sobre as relações entre organizações e mídias digitais vêm ocupando um espaço crescente na literatura da área, sobretudo quando se mostra cada vez mais necessário, para a pesquisa em comunicação organizacional, compreender os inúmeros desafios que uma sociedade em midiatização coloca para o estudo desse tema (TERRA, 2015, 2022; TERRA; DREYER; RAPOSO, 2021; CORRÊA, 2020; RUÃO; NEVES; ZILMAR, 2017). Questões relacionadas ao tema parecem remontar ainda ao início da liberação comercial da internet, quando as dúvidas pareciam se referir à necessidade de organizações, sobretudo de empresas, em estarem nessa – então nova – ambientação que parecia ter o potencial de se tornar dominante.

No entanto, parece ser sobretudo a acentuação desse processo a partir do final da década de 2000, ligada a pelo menos quatro fatores – a criação das plataformas de redes sociais, a expansão no consumo de *smartphones*, o acesso à conexão sem fio e os aplicativos de mídias sociais –, que gerou questionamentos inéditos à comunicação das organizações: como gerenciar as informações sobre uma organização nas redes sociais? Qual é o impacto das postagens de seus empregados na imagem da empresa?

Em que medida as lideranças podem, ou devem, expor sua vida pessoal nas redes? Qual é o limite entre a postagem institucional e a pessoa, no caso dos funcionários?

Esse lado ligado aos limites da liberdade de ação do indivíduo enquanto sujeito autônomo, de uma parte, mas também como pessoa vinculada a uma instituição, de outra, parece ainda trazer grandes desafios aos estudos de comunicação organizacional em interface com as dinâmicas das mídias digitais.

O contexto de trabalho nas organizações pode ser descrito como espaço de constantes articulações, arranjos, rearranjos, conflitos e negociações em torno de projetos que deveriam ser tomados como prática e como estratégia coletiva capaz de reunir expectativas individuais, coletivas e institucionais. As práticas de comunicação organizacional podem ser consideradas ações socialmente engendradas em processos complexos de disputa e produção de sentidos (BALDISSERA, 2007). As atividades elaboradas nesse processo são materializadas por forças gerenciais, sempre atravessadas, em contextos modernos, por uma certa tendência à instrumentalização (MAFRA; MARQUES, 2015) e pelos discursos de progresso que podem até desqualificar o conflito e o debate como fonte de quadros éticos que norteiam as decisões cotidianas (LIMA, 2018).

As práticas discursivas e colaborativas de troca de pontos de vista e construção de espaços de trabalho *on-line* podem tanto atuar na criação de condições para a participação e comprometimento dos diversos setores de uma organização, quanto podem ser fonte de constrangimentos e amplificação de vulnerabilidades (SILVA, 2021). Se entendermos as organizações como atores sociais que atuam em parceria com seus colaboradores, com cidadãos e comunidades de seu entorno e com outras instituições, é importante considerar como sua agência no espaço digital alimenta ou restringe trocas discursivas, aprofunda ou combate condições de desigualdade e injustiça. Entre o reconhecimento do interesse privado das organizações e a construção do interesse coletivo está localizada uma densa rede de vulnerabilidades e conflitos que não necessariamente são ruins para o avanço dos objetivos produtivos da organização e nem tampouco para as relações de confiança que amparam as redes de relações organizacionais internas e externas.

1. A responsabilidade ética, a consideração e a resposta ao outro como cuidado

Os espaços digitais organizacionais se estruturam a partir das lógicas de plataforma das interações, disponibilizando e distribuindo dados de acordo com estratégias traçadas e reproduzidas por algoritmos que mapeiam e orientam ações, preservando características das relações de propriedade orientadas por modelos de negócios (REIS, 2021; TERRA, 2022).

Uma das primeiras menções ao tema, uma reportagem publicada no site da revis-

ta *Veja*, em 2010, encontra sua contrapartida em outras, de igual teor, com datas recentes (SBARAI, 2010; SEGALLA, 2021; MACEDO, 2022; MASCARO, 2022); ao que tudo indica, nos anos que separam os textos os sistemas de vigilância passaram por vários refinamentos, mas nunca deixaram de estar presentes.

Mas a racionalidade articulada pelas plataformas não se restringe a aspectos econômicos. Segundo Taina Bucher (2018), algoritmos e hashtags promovem alterações nos imaginários políticos e nas maneiras de agir de grupos de pessoas. Como afirma Bucher, há uma perspectiva relacional que rastreia agências que estão sempre nas redes sociais, articulando os enredamentos entre pessoas, instituições e algoritmos. Esses encontros produzem formas recíprocas de conhecimento que moldam ativamente as ações das pessoas e instituições em relação aos algoritmos. Trata-se de um olhar atento aos “modos como atores sociais desenvolvem relações mais ou menos reflexivas com os sistemas que elas estão usando e como esses encontros, por sua vez, moldam suas experiências” (BUCHER, 2018, p. 61).

A partir de uma abordagem comunicacional (não instrumental) das redes sociais, Bucher afirma que os algoritmos não se reduzem àquilo que foi arquitetado por programadores, mas são também o que resulta das apropriações diversas dos usuários das redes. Assim, a lógica que move as redes não se resume a uma lógica de funcionamento, em um modo de organizar o mundo e agir sobre ele. Há uma lógica que nos permite pensar em relações, nos atores com os quais os algoritmos entram em relação para que possam agir. Ela acredita que existe uma performatividade que articula algorit-

mos e subjetividades, práticas e ordenações de mundo. Os algoritmos, para ela, não são entidades estáticas, isoladas, encerradas em si mesmas, mas “processos em desenvolvimento, dinâmicos e relacionais, articulando um conjunto complexo de atores, humanos e não humanos” (BUCHER, 2018, p. 14).

É na intrincada rede de tensões que articula as lógicas de plataformas, as táticas de diferentes públicos e as estratégias organizacionais que localizamos as condições de vulnerabilidade e suas aberturas para alterações e transformações. Assim, as interações e circulação de informações tornadas possíveis pelas plataformas podem influenciar e moldar comportamentos (para o bem ou para o mal) e, justamente por isso, elas precisam ser pensadas como parte importante da prática política de tessitura de um mundo comum.

Achille Mbembe, no livro *Brutalismo* (2021, p. 54), afirma que a prática política “consiste no esforço interminável de imaginar e criar um mundo e um futuro comuns”. Para ele, em situações de disputa, de multiplicação de diferenças e antagonismos, o ponto de partida para o investimento em um mundo comum seria estender o campo no qual as conversações florescem e privilegiar a elaboração de respostas a todas as demandas feitas e endereçadas reciprocamente em interações comunicativas. É importante destacar que aquilo que mantém o sentido de um mundo comum é, segundo Mbembe, um pacto de cuidado, cuidado com o mundo e com os outros que se inicia pelo gesto de responder ao outro (considerando atentamente suas demandas) e responder pelo outro (assumindo responsabilidade pelas ações que orientam as relações intersubjetivas).

Em grande medida, a reflexão feita por Mbembe nos conduz a retomar algumas perspectivas comunicacionais que localizam as interações no coração das atividades que estruturam a vida coletiva. O pragmatismo de John Dewey (2008) e de George Herbert Mead (2010), por exemplo, aposta na reciprocidade das relações comunicacionais para que possamos compreender mutuamente os motivos e razões através dos quais sujeitos produzem demandas de justiça. Essa compreensão recíproca seria a base das interações comunicativas e do laço social que nos vincula. Mas quando “assumimos” ou “adotamos” a perspectiva do outro não estamos apenas simpaticizando com um ponto de vista. Trata-se de um trabalho ético de compreensão dos motivos e das razões que o outro apresenta para a validação de suas demandas e expectativas. Ainda que não estejamos de acordo com tais razões e que não seja nosso intuito assumi-las como nossas, elaboramos um gesto político de acolhimento, consideração e resposta à demanda que vem do outro. Trata-se também de distinguir a perspectiva do outro daquela que sustento e, ainda assim, compreender e responder ao outro da melhor forma possível.

As implicações desse gesto de consideração em contextos organizacionais envolvem a identificação de vulnerabilidades que comprometem não apenas a dignidade individual, mas também as vulnerabilidades coletivas, associadas aos públicos que constituem uma organização, suas condições de trabalho, de elaboração de escolhas em meio a uma gama sempre crescente de constrangimentos, de reconhecimento e de nomeação de desrespeitos que sejam impeditivos para sua autor realização e autodeterminação.

Revelar e falar sobre vulnerabilidades é algo considerado fraqueza e um demérito para os trabalhadores, que constantemente silenciam o sofrimento moral, simbólico e físico (não reconhecimento do trabalho executado, falta de respeito, execução de atividade de risco, assédio moral ou sexual, clima organizacional ruim, racismo, sexismo, desfiguração). No âmbito da gestão biopolítica do trabalho, estratégias de antecipação de conflitos e vigilância são tratadas como dispositivos eficazes para prever e desmobilizar lutas coletivas e minar a instauração de lugares de fala interseccionais para a problematização de demandas específicas. Tais lugares também problematizam injustiças e opressões, a perversidade consentida nas relações hierarquizadas de disputa e nas práticas abusivas que são direcionadas aos colaboradores internos e externos. O ambiente de trabalho vem sendo constantemente apontado como origem de sofrimento social e moral, fruto da constante renovação normativa que não assegura proteção, pois seu descumprimento se apoia na fluidez e nas brechas existentes no conjunto de regras que deveria assegurar a ética e a responsabilidade coletiva (HAN, 2018; MEDEIROS; SILVEIRA, 2017; MORAES; SCROFERNECKER, 2018).

Além disso, a precarização do trabalho e o adoecimento dos trabalhadores conduzem a um estado de esgotamento e conflito frequente nas organizações, favorecendo a construção de fronteiras e trincheiras impermeáveis a mudanças e tentativas de comunicação. Os fluxos dialógicos se tornam armadilhas e passam a compor estratégias perigosas de violência velada (muitas vezes sob a forma da perversidade consensualmente praticada e naturalizada).

Nesse sentido, quando Judith Butler (2015, 2018) elabora o conceito de vida precária, ela enfatiza que sujeitos e grupos são expostos de forma diferente a injúrias, agressões, rejeição e morte. Essa posição também é compartilhada por autoras como Stelle Ferrarese (2016): elas enfatizam que a vulnerabilidade não é apenas uma condição ontológica, mas um estado contingente que pode ser modificado e mudar o *status* do sujeito e dos grupos, dados as transformações, vínculos e condições (materiais, simbólicas, humanas) que nos permitem viver. Podemos, assim, falar de vulnerabilidades no plural, porque não são imóveis, mas contingentes e situadas. A vulnerabilidade não tem uma origem única, mas resulta de uma complexa teia de múltiplos relacionamentos.

Segundo Butler (2015), uma grande parte das vulnerabilidades é produzida por normas e esquemas persistentes de desvalorização que definem a ideia de quem pode ser considerado um ser humano digno de reconhecimento e representação. Além disso, vulnerabilidades nem sempre derivam diretamente de uma injúria ou desrespeito: elas podem se originar da dificuldade de produzir uma resposta a um dano sofrido.

Toda capacidade de resposta ao que acontece é uma função e um efeito da vulnerabilidade, seja ela uma abertura para registrar uma história que nunca foi contada ou a receptividade àquilo que outro corpo passa ou passou, mesmo quando esse corpo já se foi (BUTLER, 2018, p. 232).

O trabalho de negociação das condições de vulnerabilidade leva em conta os marcos que definem as condições de reconhecimento, visibilidade, legibilidade

e audibilidade dos sujeitos considerados adequados ou inadequados à condição de parceiro digno de respeito e escuta (FERRESE, 2016). Os problemas relacionados à avaliação e ao julgamento moral de vidas precárias não param de se aprofundar em contextos de desigualdade e ausência de políticas inclusivas, violência e intolerância.

Respeito e dignidade também exigem a reconfiguração dos espaços institucionais de negociação, interlocução e construção da autonomia política dos sujeitos. Sem essa reconfiguração, “o reconhecimento se torna parte da própria prática de ordenar e regular os sujeitos de acordo com normas preestabelecidas” (BUTLER, 2015, p. 202). Sob esse aspecto, a transformação das condições de vulnerabilidade dos sujeitos está ligada a práticas de cuidado que se formam para além do sentimento de compaixão ou empatia, uma vez que, muitas vezes, esses sentimentos encerram a realização das ações na própria disposição em auxiliar.

A nosso ver, a empatia não pode ser percebida como resposta que ameniza as assimetrias e desigualdades que definem as condições de reconhecimento e não reconhecimento de sujeitos e grupos. Filósofas como Judith Butler (2018), por exemplo, afirmam que a empatia, entendida como um afeto político que conduz a compreensão recíproca dessas condições de reconhecimento em articulações e relações agonísticas as mais diversas, pode desestabilizar e vulnerabilizar os “panos de fundo” morais vigentes no “mundo da vida”, deixando evidentes desencaixes e fissuras nas formas dominantes de enquadrar, classificar e valorar corpos e formas de vida.

2. Dispositivos de visibilidade e controle

É sobretudo a partir de Foucault (2003) que o estudo das instituições ganhou força em termos de se levarem em consideração os fluxos e interseções das formas de poder que garantem não apenas sua constituição, mas, sobretudo, sua atividade enquanto aspecto de manutenção de um regime disciplinar. O poder, nessa perspectiva, se estabelece como perspectiva central de análise, não por estar localizado em um ponto específico do âmbito institucional, ou mesmo do social, mas por se espalhar em termos de uma rede na qual todos os agentes estão, de uma maneira ou de outra, inseridos. Dessa forma, o poder não apenas se espalha nas capilaridades institucionais, mas também se multiplica para incluir, entre suas prerrogativas, a constituição de certa cumplicidade de alguns dos agentes envolvidos, dentro de uma perspectiva carregada pela expectativa de eventuais prêmios e punições.

É a partir desse binômio, aliás, que Foucault (2000, 2003) parece desenvolver parte de sua perspectiva sobre as instituições: a vigilância não se exerce apenas no âmbito de uma visão central, da qual emana um poder centralizado – seu poder, ao contrário, reside em sua potencial multiplicação por todos os olhos dos próprios membros da companhia ou instituição.

É sintomático observar que a disposição para a manifestação de si nos ambientes digitais ganhou outro impulso com a pandemia, embora esse procedimento já existisse. Uma reportagem da revista *Infomoney*, de 2020, mostra como vendedoras e vendedores de empresas varejistas estimulavam não apenas contatos *on-line* com clientes, mas também a criação e postagem de conteúdo

em suas redes sociais – adaptados, ao que sugere a reportagem, ao estilo específico de cada um e cada uma.

Em seu livro *Seeing like a state*, James C. Scott, trabalhando a partir de Foucault, lembra que só está sob controle aquilo que é institucionalizado e, portanto, incluído dentro de um regime de visibilidade marcadamente caracterizado por sua obsessão em etiquetar, definir, classificar e estabelecer relações que permitam sua rápida identificação. Esse processo, explica, ocorre sobretudo a partir da atribuição de informações que possam ser rapidamente recuperadas quando necessário para implementar processos de controle.

Uma reportagem publicada no site *Valor Econômico*, em 11 de abril de 2019, mostrava o aumento dessa tendência no ambiente corporativo:

Um número crescente de companhias está colocando sua força de trabalho sob poderosas lupas. O objetivo desse controle é mitigar riscos legais e reputacionais. Na prática, as companhias não querem abrigar dentro de casa um inimigo íntimo, alguém cujo comportamento possa comprometer a imagem – e até o caixa – da organização. [...] Essa engrenagem de vigilância corporativa, em plena construção, tem braços longos. Além dos e-mails, as conversas por Skype também podem ser monitoradas e representam uma fonte profícua de disparates. (RYDLEWISKI, 2019).

A origem de toda toponímica, explica o autor da reportagem, deriva de uma necessidade de institucionalizar lugares a partir

do conhecimento de suas características e atribuição de nomes que os caracterizem e identifiquem – os nomes de rua, atribuição de números às casas, divisão por regiões, definições geográficas e políticas são algumas das modalidades indicadas pelo autor em termos da possibilidade de tornar visível, aos olhos do Estado, qualquer lugar – e a mesma lógica se aplicaria a qualquer indivíduo.

O estabelecimento de sobrenomes fixos, lembra o autor, é um momento de virada na história das relações de poder ao se passar de uma definição dos sujeitos pelo laço de proximidade, familiaridade e confiança a um vínculo institucionalizado: não se é mais conhecido pela filiação (“Maria, filha da Antônia”), mas por uma atribuição suficientemente legível que permita sua identificação mesmo para quem está fora desse circuito de relações (“Maria da Silva, profissão X, residente na rua Y, bairro Z...”). A informação é o elemento necessário para garantir a visibilidade, seja de pessoas ou coisas, perante um Estado ou uma instituição. O registro de informações, seja no nível da identificação de objetos ou das pessoas, se apresenta como um fator importante de legibilidade – e, por conseguinte, também de controle – diante das formações sociais que se constituem no âmbito das organizações. Abre-se, do mesmo modo, uma potencialidade para a ação das instituições sobre os sujeitos: ser legível é ser vulnerável à ação institucional (FERRARESE, 2016).

O ambiente das mídias digitais implementou um regime de legibilidade que amplifica o controle de condutas e tendências a partir da conexão constante às redes, objetivada, em sua materialidade, sobretudo na tecnologia dos *smartphones* e nos aplicativos, mas também na visualidade das posta-

gens nas mídias sociais (CORRÊA, 2020). Plataformas se apresentam como um espaço de emissão constante de informações sobre os sujeitos, legíveis em parte para as organizações interessadas – a existência de conexões em redes de alta velocidade permite, a qualquer momento, a identificação do posicionamento de um *smartphone*; sem dúvida provocando extrapolações referentes às possibilidades de vigilância, bem como ao interesse nesse tipo de ação, que talvez se encaminhem para as vizinhanças da perspectiva clínica. Ao mesmo tempo, a ausência de discussão a respeito das condições de legibilidade, enquanto produtoras ou modificadoras de vulnerabilidades dos sujeitos, pode igualmente derivar para o apagamento das condições de possibilidade para resistências, arranjos alternativos e insurgências – nesse caso, a invisibilização das condições de controle se reflete na perspectiva da ausência de balizamento para seu questionamento.

O nome de um dos principais grupos de softwares utilizados para esse tipo de monitoramento é “*bossware*”, do inglês “*boss*”, “chefe”. Trata-se de ferramentas de monitoramento remoto que permitem a uma gestora ou gestor acompanhar, em tempo real, a utilização de um computador – dos movimentos do mouse até as teclas pressionadas, mensagens trocadas e telas vistas. Uma reportagem do site *Tech Tudo* mostra alcance:

Bosswares são softwares utilizados por empregadores para monitorar as atividades de funcionários durante as horas de trabalho. O nome dos programas provém da junção das palavras “software” e “boss” (chefe, em português). O uso desse tipo de ferramenta cres-

ceu durante a pandemia de Covid-19, principalmente depois que o regime de trabalho remoto precisou ser implementado. [...] Ainda não há dados sobre o uso de bosswares no Brasil. A adoção da ferramenta, entretanto, levanta uma série de questões sobre privacidade e segurança no ambiente de trabalho. Isso porque, para supervisionar o desempenho do trabalhador, esses programas são capazes até de ativar a câmera e o microfone sem o consentimento do usuário e fazer capturas aleatórias da tela, coletando dados biométricos – prática que pode ferir a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados). (FABRO; FREIRE, 2022).

Embora sua argumentação sobre o problema da vigilância seja frequentemente pensada em termos do modelo do panóptico, seria possível argumentar que as questões do poder, para Foucault (2000), não se reduzem a um elemento central de vigilância – isso seria, de certa maneira, reduzir o problema do poder ao nível do controle direto. Sua argumentação, no âmbito institucional, parece traduzir a ideia do panóptico como metáfora dos procedimentos institucionais nos quais a visibilidade se constitui como padrão em termos da possibilidade de ser vigiado – e, nesse aspecto, a “torre de vigilância” central do modelo não se estabelece senão com sua dispersão entre todos os olhares.

A câmera de vigilância é talvez a forma mais perceptível desse modelo, mas as intersecções do poder no âmbito institucional parecem requerer um outro elemento, presente mas nem sempre lembrado na perspectiva de Foucault: a vulnerabilidade do

sujeito diante de todos os outros – não só daqueles situados em um patamar institucional superior, passíveis, portanto, de carregar uma autoridade garantida pela norma, mas – e aí reside talvez uma das chaves de análise – de seus iguais. O poder institucional requer de cada participante um nível de cumplicidade com o olhar soberano – se isso será ou não atingido, evidentemente, depende das potências de insurgências de cada indivíduo em seus vínculos de comunidade. A transparência absoluta, como argumentado em Martino e Marques (2020), é também a vigilância absoluta, quando o olhar do poder institucional reside, como possibilidade, em todas as pessoas vinculadas a uma instituição.

O ambiente das mídias digitais se mostrou particularmente fértil para o desenvolvimento desse tipo de controle, seja a partir do ferramental tecnológico direto na relação entre instituição e indivíduos – por exemplo, no registro das atividades de cada empregada ou empregado no uso de computadores ou na instalação de câmeras de segurança –, seja em uma perspectiva mais ampla, e talvez por isso mesmo mais eficiente em sua aparência de sutileza, de observação das informações e dados produzidos pelo próprio sujeito. Este último aspecto é particularmente relevante quando se leva em consideração uma das principais características das plataformas de mídia social: a produção voluntária de informações sobre si mesmo tornadas disponíveis em um espaço privado de visibilidade pública.

A utilização dos dispositivos, tanto no sentido foucaultiano quanto em sua perspectiva como aparelho ou tecnologia, refere-se não apenas ao monitoramento do trabalho, mas de outros aspectos relacionados às

manifestações e expressões de sujeitos colocados sob o foco da organização, em outro momento de apagamento, ao menos parcial, das fronteiras entre público e pessoal:

E o que elas querem saber pouco tem a ver com trabalho. O que conta mesmo são o posicionamento religioso e político, o vínculo com torcidas organizadas, a presença de fotos com conteúdo constrangedor e as manifestações de intolerância e preconceito. Até as curtidas no Facebook não passam despercebidas. [...] Embora sejam escolhas da vida privada, que nada deveriam ter a ver com trabalho, religião, política e futebol são assuntos aos quais as empresas evitam se associar institucionalmente. (GIARDINO, 2014).

Sob esse aspecto, além da produção constante de dados emitidos por *smartphones* com suas formas de geolocalização, produzimos, enquanto sujeitos, cadeias voluntárias de dados constantemente postados nas redes sociais, criando narrativas que, para além do identitário, do comum e do pessoal, tornam cada indivíduo potencialmente identificável em termos de suas formas de associação, gostos, localização, situação econômico-social, preferências políticas e qualquer outro dado voluntariamente tornado público, ou ao menos acessível, ao olhar do outro.

A argumentação sobre vigilância, em Foucault (2003), parece encontrar aqui um contraponto na entrega voluntária de dados, por parte dos sujeitos, de dados que permitem localizá-lo, em uma série de tramas ligadas às várias formas de poder em circulação na sociedade.

O anúncio dito personalizado é talvez a superfície da questão, uma vez que sua definição é feita a partir de informações produzidas, às vezes de maneira involuntária, pelos próprios sujeitos ao deixarem, desde os primórdios da internet, rastros de sua navegação digital, traduzidos e potencializados, atualmente, pela arquitetura dos aplicativos que demandam, para seu funcionamento, dados do usuário. A vigilância, recorda Foucault (2003), demanda mais do que o aspecto institucional enquanto força central de poder e controle; é necessária, para seu sucesso, a institucionalização dos próprios sujeitos no sentido de estabelecerem, ao lado da docilidade diante da regra, sua cumplicidade para com ela – não se está distante, aqui, da argumentação de La Boétie no “Discurso da Servidão Voluntária”, escrito quase trezentos anos antes da argumentação de Foucault: a existência do poder demanda não apenas sua apresentação a partir de um ponto que se autointitula superior; é a incorporação, de modos diferentes, por outras escalas que o torna particularmente eficaz.

3. As insurgências pelas frestas do digital: possibilidades e limites

As formas de insurgência, dissenso e manifestação da ausência de cumplicidade com um determinado modelo institucional se caracterizam, justamente, pela recusa à docilidade, se não dos corpos – uma vez que seu controle é sempre uma possibilidade –, das mentes, atitudes e ações. É novamente Scott (1992), em *Hidden Transcripts*, que mostra como populações escravizadas nos Estados Unidos, no século XIX, encontraram formas de resistência e expressão a

partir de mensagens escritas em pequenos bilhetes que circulavam entre as pessoas, ressaltando uma condição de desafio, recusa e denúncia de um discurso hegemônico no qual se pretendia incluí-los. À servidão voluntária, quando não é vista como “privilegio da servidão”, na expressão de Ricardo Antunes (2018), opõe-se a potência do dissenso enquanto afirmação do sujeito que, diante de uma situação na qual se requer sua cumplicidade institucionalizada, diz “não”.

É importante observar que, no ambiente midiático contemporâneo, com o apagamento de fronteiras entre “on-line” e “off-line” decorrente do processo de midiaticização da sociedade, as condições de performatividade das insurgências dos sujeitos, em suas reivindicações de autonomia e reconhecimento, não deixam de acontecer no mesmo ambiente das mídias digitais nos quais a legibilidade se desenvolve (TERRA; DREYER; RAPOSO, 2021). A coordenação de atividades de pessoas envolvidas na construção de um comum acontece também mediada pelos mesmos circuitos de controle responsáveis pela visibilidade. Dito de outra maneira, os fluxos de contrapoderes se localizam no mesmo ambiente das formas institucionais de vigilância existentes a partir das informações dos sujeitos, sejam obtidas a partir da vinculação contratual na forma da troca de um serviço, seja enquanto oferta voluntária dos sujeitos dentro de um circuito de ações e recompensas simbólicas no âmbito das interações sociais mediadas.

Estabelecendo um diálogo entre as considerações de Braga (2011) e de Rancière (2018, 2021), argumentamos que a cena de dissenso permite a montagem de um

dispositivo interacional de visibilidade e de aparecimento capaz de localizar e de fazer aparecer politicamente os sujeitos. Tal dispositivo pode também tornar o diálogo um espaço de nomeação e reconfiguração de uma dimensão do visível e do sensível, conferindo ao sujeito esta ou aquela possibilidade de ser escutado, esta ou aquela legibilidade e inteligibilidade às suas opiniões e demandas.

A aproximação entre as perspectivas de José Luiz Braga (2018, 2020) e Foucault ([1976] 2017; [1977] 1994) é importante para nossa reflexão, uma vez que Braga aborda os dispositivos foucaultianos para além de sua relação com o controle, evidenciando que dispositivos são, acima de tudo, arranjos elaborados com o intuito de responder a uma urgência, a uma transformação que demanda formas de articulação das forças em desalinho, conferindo alternativas de outros alinhamentos e disposições possíveis. Assim, o conceito de “arranjos posicionais” utilizado por Braga para evidenciar a dimensão de experimentação e de produção de fraturas dos dispositivos, nos auxilia a explorar a potencialidade estética e política das relações organizacionais e suas redefinições e rearticulações.

Esses arranjos e rearranjos expõem especialmente as fissuras dos dispositivos de normalização, quando se entende que o corpo pode ser subjugado e “treinado” para se adequar a um sistema que produz corpos dóceis, permitindo um controle por meio da técnica disciplinar. Segundo Foucault ([1975] 2014), o dispositivo normalizador se manifesta nas escolas, na sexualidade ou ainda por meio do exército (ou da polícia) que reprime um conjunto de comportamentos considerado anormal.

Na entrevista supracitada, Foucault ([1977], 1994) deixa claro que o dispositivo tem uma função estratégica para o enfrentamento de uma urgência. Os elementos do dispositivo são um conjunto heterogêneo de proposições (discursos, instituições, leis, decisões, enunciados etc.), tanto o que é dito quanto o que é não dito. “O dispositivo é, propriamente, o sistema de relações que se pode estabelecer entre esses elementos” (FOUCAULT, [1977] 1994, p. 299).

O que fica claro nas respostas de Foucault é que o dispositivo faz parte de elaborações e tentativas de criar arranjos que se organizam entre os sujeitos, suas experiências, situacionalidades e temporalidades e que respondem a uma urgência de forma estratégica. Para Braga (2018, 2020), é possível trabalhar com os conceitos de macro e microdispositivos, além dos conceitos de arranjos e dispositivos interacionais. “Há uma grande diversidade de microdispositivos que referem, em composições variadas, àqueles macroagenciamentos de ordem comunicacional” (BRAGA, 2018, p. 89).

Acreditamos que a criação de microdispositivos a partir de arranjos posicionais de conflito pode fazer funcionar uma cena de dissenso capaz de produzir comunidades de experiência orientadas para a elaboração de um comum que seja pautado pela confiança, pela responsabilidade moral e pelo cuidado.

Dessa maneira, se o apagamento das formas de legibilidade se apresenta como impossibilidade dentro de uma sociedade em mediatização, é possível pensar igualmente nas possibilidades de ação, nesse ambiente, enquanto forma de construção do comum – legível, sem dúvida, mas voltado para os agenciamentos dos sujeitos envolvidos

nesse processo como prática de organização e ação. Nota-se, dessa maneira, que as formas de legibilidade dos dispositivos não se desenvolvem de maneira homogênea e, menos ainda, em uma única dimensão: ao contrário, observa-se que o ambiente das mídias digitais se apresenta também como espaço de disputa por significados, formação de perspectivas de um comum estabelecido pela agência de sujeitos autônomos que, mesmo vinculados formalmente a ambientes de alta legibilidade, reconhecem na vulnerabilidade compartilhada um ponto de elaboração do sentido de comunidade a partir do qual se encontra a potência da ação (SILVA, 2021; TERRA, 2022).

Os períodos de *home office* decorrentes de transformações no trabalho durante a pandemia de Covid-19 parecem ter sido igualmente propícios ao desenvolvimento de fluxos de vigilância, com o ambiente doméstico tornando-se não apenas uma extensão do corporativo, mas sujeito às mesmas atenções. O sistema de “*bossware*”, por exemplo, se desenvolvia nesse sentido, como indicado em reportagem do *TiltUOL*:

Em alguns casos, também pode fornecer imagens, mostrando à empresa o que a pessoa está fazendo, dentro de casa, durante o expediente. Segundo dados levantados pela Digital.com, 53% dos funcionários monitorados passam pelo menos três horas em atividades não relacionadas ao trabalho. Motivo para demissão? Pode apostar: 88% das empresas que usam bossware já desligaram funcionários com base nas informações captadas. (MARQUES, 2022).

Deixar esse aspecto de lado significaria pensar no poder como algo absoluto, desconsiderando o poder de agenciamento dos sujeitos ligados a ele, mas que também encerram em si uma constituição histórica, biográfica e narrativa que lhes permite a afirmação de uma identidade autônoma diante do institucional. A postagem que identifica o sujeito no ambiente das mídias digitais e permite à plataforma imediatamente identificá-lo como um “*target*”, na linguagem empregada nesse meio, pode também se apresentar como o catalisador da produção de um comum a partir do qual a ação política se torna possível, em formações identitárias que, longe de aceitarem os fluxos de poder existentes, se posicionam em termos de negociações, compromettimentos, posicionamentos e ações.

Uma reportagem de 2018 do portal G1 indicava esse aspecto:

As redes sociais se tornaram uma vitrine, através da qual se pode acompanhar o que as pessoas fazem, pensam ou compartilham. Ao mesmo tempo, pode ser uma vidraça para quem se expõe no ambiente virtual sem medir as consequências. E nesse território onde não há divisão entre público e privado, patrões e recrutadores estão de olho no que os profissionais compartilham e nas possíveis repercussões que podem ser geradas. (CAVALLINI, 2018).

A produção do comum nasce dessas negociações entre os âmbitos públicos e privados, uma vez que o cuidado com as relações não estrutura apenas a vida de cada sujeito, mas seus agenciamentos coletivos e suas possibilidades e oportunidades de es-

colha. Falar do cuidado nos termos de uma atividade ética alarga sua abrangência para além das necessidades mais básicas de todos (e para além do paradigma da compaixão), de modo a ressaltar a importância das redes intersubjetivas de dependência recíproca. Segundo Laugier (2015), pensar na promoção da responsabilidade relacional significa considerar a percepção do cuidado não como mera disposição, o que se sente, mas como prática, “o que se faz”. Diante da contingência e do inesperado, na urgência e diante da incerteza, é preciso redefinir novas formas de cuidado, de preocupação com o próximo e de manutenção da integridade. O cuidado atua na manutenção do fio da vida ordinária, de tudo o que permite à vida de manter sua trama e de encontrar um ritmo viável: ele é uma sustentação para a vida e para a vulnerabilidade humana, com especial atenção ao que resiste à dor, ao sofrimento e ao desastre (LAUGIER, 2015).

Cuidar é buscar uma “humanidade” perdida no desgastante trabalho de refazimento do cotidiano: aquele que fabrica e mantém um modo de vida também deve ser cuidado e cuidar de outros que o rodeiam, alimentando uma relação ética de responsabilidade e atenção contínua que preserva a dignidade e a vida. De acordo com Ferrarese e Laugier (2018), o cuidado requer uma sensibilidade aos detalhes que contam nas situações vividas, uma vez que elas precisam de proteção e de reparação constante em todas as dimensões, elos e articulações que, justamente por não serem negligenciáveis, demandam um grande trabalho físico, moral e ético.

É a prática do cuidado, definida relacionalmente, que orienta a redefinição da confiança, sobretudo quando a maior parte de nossas interações é mediada e

definida nos ambientes digitais. No âmbito das organizações, práticas insurgentes também questionam as várias tentativas de disciplinar e controlar digitalmente e presencialmente aqueles designados como vulneráveis e/ou indesejáveis. Refuta-se a premissa meritocrática que alega que os sujeitos vulneráveis têm que se virar, dentro de um quadro de privatização neoliberal. Refuta-se sobretudo a tese de que as vulnerabilidades trazem efeitos perniciosos à soberania e à autonomia, pois entende-se que o reconhecimento de nossa exposição diante dos outros e de nossa dependência de redes intersubjetivas de apoio constituem-se como base epistêmica de novos entendimentos sobre desigualdades e como antídoto para um medo endêmico da vulnerabilidade (HAN, 2018).

Considerações finais

O gesto de reorganizar, redefinir e alterar disposição de corporeidades, temporalidades e espacialidades é o que configura uma multiplicidade de pequenos gestos e arranjos que não se resumem a produzir resistência, mas a indicar caminhos possíveis para a autonomia e a emancipação. Infrapolíticas de resistência restringem as ações dos sujeitos dentro do campo da experiência definido pela ordem consensual. Contudo, a prática de criação de cenas de aparecimento pode trazer a chance de um gesto emancipatório que abre um novo enquadramento, um novo comum partilhado, uma outra imaginação política.

Situações dialógicas estabelecidas nas cenas de dissenso podem auxiliar os atores

organizacionais a compreender quais são as condições e possibilidade de tematização política de suas vulnerabilidades, das assimetrias de poder que atravessam suas relações e dos possíveis arranjos a serem criados para redefinir os dispositivos interacionais que os mantêm em contato e em interdependência.

Sob esse aspecto, as cenas nos permitem compreender com maior clareza a associação que Butler (2018) estabelece entre vulnerabilidades e agência emancipatória. Isso ocorre, porque é ao compor a cena de sua aparição política que cada ator tem a chance de desidentificar-se com relação aos nomes, lugares e ocupações que lhes foram atribuídos de maneira hierárquica. Ou seja, cada ator pode construir sua autonomia política, a combinar a racionalidade argumentativa e a racionalidade sensível de modo a tornar suas demandas inteligíveis através da explicitação do mundo no qual elas fazem sentido.

Quando consideramos o contexto organizacional e as formas de interação de trabalho nos espaços digitais, é importante ter em mente que, por mais que a gestão de dados e informações passe pelas lógicas das plataformas, os sentidos e conhecimentos partilhados não são determinados unilateralmente pelas organizações (SILVA, 2021). Há sempre a constante montagem e remontagem de cenas de conflito, nas quais se distribuem e atuam forças diversas.

Rancière (2018, 2021), nesse aspecto, convida a refletir acerca de como o processo de construção de cenas de dissenso em contextos organizacionais pode oferecer a chance de se investir no diálogo como operação de desmontagem de assimetrias

e de refazimento de vínculos de confiança (MARQUES; MARTINO, MAFRA, 2021; MARQUES; MAFRA, 2018). Tal operação envolve a construção de uma combinação específica de posições sem deixar que elas recaiam em posturas imutáveis e polarizadas. A nosso ver, a construção de cenas conflitivas pode alterar as condições de visibilidade, vulnerabilidade, consideração, escuta e reconhecimento dos sujeitos.

Criar e manter tais condições requer o investimento em articulações, alianças e vínculos de cooperação pautados na ideia de que a autonomia política é resultado de experiências coletivas de interdependência, reciprocidade e responsabilidade. Essas experiências são, nos contextos organizacionais de interação intersubjetiva, potenciais fontes de consideração, de luta por reconhecimento e de subjetivação política. Tais processos não dependem apenas de uma disposição positiva ao acolhimento da alteridade, mas um aprendizado constante de outras formas éticas de apreensão e avaliação das vidas e formas de vida que, no miúdo do cotidiano, se esforçam para experimentar, manter e tornar duradouros seus conhecimentos e agenciamentos de sobrevivência.

Contra o controle administrativo e a governamentalidade biopolítica, argumentamos ser importante repensar as vulnerabilidades como provedoras de uma outra sintaxe ética, uma ética da responsabilidade que não tem como objetivo condenar os sujeitos a estados crônicos de dificuldades, mas de equipar o presente provendo novas ferramentas, habilidades, quadros morais e linguagens alternativas para definir injustiças e politizar injúrias.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BALDISSERA, Rudimar. Organizações como complexus de diálogos, subjetividades e significação. In: KUNSCH, Margarida M. K (org.). **A comunicação como fator de humanização nas organizações**. São Caetano do Sul/SP: Difusão Editora, 2010. p. 61-76.
- BRAGA, José Luiz. Dispositivos interacionais: lugar para dialogar e tensionar conhecimentos, **Dispositiva**, v. 1, n. 1, p.29-38, 2012.
- BRAGA, José Luiz. Interagindo com Foucault. Os arranjos disposicionais e a Comunicação. **Questões Transversais – Revista de Epistemologia da Comunicação**, v. 6, n. 12, p. 81-91, jul-dez 2018.
- BRAGA, José Luiz. **Uma conversa sobre dispositivos**. Belo Horizonte (MG): PPGCOM/UFMG, 2020.
- BUCHER, T. **If... then: Algorithmic power and politics**. Ed. OUP USA, 2018.
- BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**. Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CORRÊA, Elizabeth Nicolau Saad (org.). **Caminhos da comunicação**. Tendências e reflexões sobre o digital. São Paulo: Editora Appris, 2020.
- DEWEY, J. Em busca do público. In: FRANCO, A.; POGREBISCHI, T. **Democracia Cooperativa: escritos políticos escolhidos de John Dewey**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 25-50.
- FERRARESE, Estelle. Vulnerability: a concept with which to undo the world as it is? **Critical Horizons**, v. 17, n. 2, p.149-159, 2016.
- FOUCAULT, Michel. O jogo de Michel Foucault. In: _____. **Ditos e escritos III**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p.194-228.
- FOUCAULT, Michel. Poderes e estratégias. In: _____. **Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 241-252.
- FOUCAULT, Michel. Les techniques de soi. In: _____. **Dits et Écrits IV, 1980-1988**, Daniel Defert e François Ewald (eds.). Paris: Gallimard, 1994. p. 783-813.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: MOTA, M. B. da. (org.). **Ditos e escritos: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. v. 9, p.118-140.
- HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Aiyiné, 2018.

LIMA, Fábila. Teorias da comunicação, transferência do conhecimento e implicações na subserviência dos sujeitos nas organizações, **Organicom**, v. 15, n. 28, 2018.

MAFRA, Rennan; MARQUES, Ângela. Diálogo e organizações: cenas de dissenso e públicos como acontecimento. In: MARQUES, A.; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. (orgs.). **Comunicação Organizacional: dimensões epistemológicas e discursivas**. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2015. p.185-193.

MARQUES, Ângela; MAFRA, Rennan; A comunicação interna em contextos organizacionais e a criação de cenas de dissenso. **Comunicação pública**, p. 1-20, 2018.

MARQUES, Ângela; MAFRA, Rennan; MARTINO, Luís M. S. Um outro olhar sobre a comunicação pública: a constituição discursiva de sujeitos políticos no âmbito das organizações. **Dispositiva**, v. 6, p. 76-92, 2017.

MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Ângela C. S. **No caos da convivência**. Petrópolis: Vozes, 2020.

MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. São Paulo: N-1, 2021.

MEAD, George Herbert. A Brincadeira, o Jogo e o Outro Generalizado. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 5, n. 1, p.131-136, jan./jul. 2010.

MEDEIROS, Cintia; SILVEIRA, Rafael Alcadipani da. Organizações que matam: uma reflexão a respeito de crimes corporativos. **Organ. Soc.** [online, v. 24, n. 80, p. 39-52, 2017.

MORAES, Fernanda Luz; SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade. Assédio moral organizacional: o papel da comunicação face às relações perversas no mundo do trabalho. 41º Congresso da Intercom, 2018, p. 1-17. **Anais [...]**. Cidade, ano Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0222-1.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2022.

RANCIÈRE, Jacques. **Le temps modernes**. Paris: La Fabrique, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **O método da cena**. Belo Horizonte: Quixote+Do, 2021.

RUÃO, Teresa; NEVES, Ronaldo; ZILMAR, José (orgs.). **A Comunicação Organizacional e os desafios tecnológicos**. Minho: CS Edições, 2017.

SILVA, Daniel Reis. Públicos, plataformas e algoritmos: tensões e vulnerabilidades na sociedade contemporânea. In: TERRA, Carolina; DREYER, Bianca; RAPOSO, João (orgs.). **Comunicação organizacional: práticas, desafios e perspectivas digitais**. São Paulo: Summus, 2021. v. 1, p. 93-106.

SCOTT, James C. **Domination and the arts of resistance**. Yale: Yale University Press, 1992.

SCOTT, James C. **Seeing like a state**. Yale: Yale University Press, 1999.

TERRA, Carolina. Relacionamentos nas mídias sociais (ou relações públicas digitais): estamos falando da mediatização das relações públicas?. **Organicom**, v. 1, p. 104-117, 2015.

TERRA, Carolina. The Digital Influence Ecosystem and Its Relation to Organizational Communication: Characterizations, Possibilities, and Best Practices. In: ANDRADE, José; RUÃO, Teresa Ruão. (orgs.). **Navigating Digital Communication and Challenges for Organizations**. Pensilvânia: IGI Global, 2022. p. 20-38.

TERRA, Carolina; DREYER, Bianca; RAPOSO, João (orgs.). **Comunicação organizacional: práticas, desafios e perspectivas digitais**. São Paulo: Summus, 2021.

Matérias citadas:

MACEDO, Aline. Quando o 'desabafo' vira demissão: os cuidados que o trabalhador deve ter ao postar nas redes - e o que as empresas podem fazer. *G1*, 22 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2022/06/22/quando-o-desabafo-vira-demissao-os-cuidados-que-o-trabalhador-deve-ter-ao-postar-nas-redes-e-o-que-as-empresas-podem-fazer.ghtml>. Acesso em: 29 set. 2022.

INFOMONEY. Como os varejistas estão colocando seus funcionários para vender via redes sociais durante a pandemia. *Infomoney*, 30 jul. 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/negocios/como-os-varejistas-estao-colocando-seus-funcionarios-para-vender-via-redes-sociais-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 29 set. 2022.

SBARAI, Rafael. Empresas seguem funcionários nas redes sociais. *Veja Online*, 2 jul. 2010. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/tecnologia/empresas-seguem-funcionarios-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 29 set. 2022.

CAVALLINI, Marta. Empresas monitoram comportamento nas redes sociais para contratar ou demitir; veja cuidados. *G1*, 30 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/empresas-monitoram-comportamento-nas-redes-sociais-para-contratar-ou-demitir-veja-cuidados.ghtml>. Acesso em: 29 set. 2022.

GIARDINO, Andrea. As empresas olham tudo dos funcionários nas redes sociais. *Exame.com*, 16 jan. 2014. Disponível em: <https://exame.com/carreira/as-empresas-olham-tudo/>. Acesso em: 29 set. 2022.

SEGALLA, Amauri. Como as empresas estão monitorando os funcionários no home office. *Veja.com*, 24 mar. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/como-as-empresas-estao-monitorando-os-funcionarios-no-home-office/>. Acesso em: 29 set. 2022.

FABRO, Clara; FREIRE, Maria Alice. Bossware: como funciona programa que vigia funcionários sem que eles saibam. *TechTudo*, 3 jun. 2022. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2022/06/bossware-como-funciona-programa-que-vigia-funcionarios-sem-que-eles-saibam.ghtml>. Acesso em: 29 set. 2022.

MARQUES, Letícia. 'Bossware': programas monitoram funcionários sem que eles percebam. *Tilt UOL*, 28 abr. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/04/28/bossware-empresas-monitoram-funcionarios-sem-que-eles-percebam.htm>. Acesso em: 29 set. 2022.

RYDLEWSKI, Carlos. Muito além das redes sociais: monitoramento busca por comportamentos antiéticos e serve até para retenção de talentos. *Valor Econômico*, 11 abr. 2019. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2019/04/11/empresas-monitoram-funcionarios-para-reduzir-riscos-legais-e-de-reputacao.ghtml>. Acesso em: 29 set. 2022.

Data do recebimento: 23/09/2022

Data do aceite: 15/10/2022

Dados das autoras

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5038152185134297>

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Doutora em Comunicação Social pela UFMG. É pesquisadora do CNPq e pós-doutora pela Université Stendhal, Grenoble III, França. É autora dos livros: *Apelos Solidários* (Intermeios, 2017), escrito com Angie Biondi; *Diálogos e Dissidências*: M. Foucault e J. Rancière (Appris, 2018), com Marco Aurélio Prado; *Ética, Mídia e Comunicação* (Summus, 2018) e *No caos da convivência* (Vozes, 2020), ambos escritos com Luis Mauro Sá Martino. É organizadora do livro *Vulnerabilidades, justiça e resistências nas interações comunicativas* (SELO PPGCOM, 2018).

Luís Mauro Sá Martino

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0251927939615742>

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero e pesquisador do CNPq. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Foi pesquisador da University of East Anglia, na Inglaterra, e é autor dos livros *Métodos de Pesquisa em Comunicação* (Vozes, 2018), *Teoria da Comunicação* (Vozes, 2009), *Comunicação e Identidade* (2010) e *The Mediatization of Religion* (Routledge, 2016). Em coautoria com Ângela Marques, publicou os livros *Ética, Mídia e Comunicação* (Summus, 2018) e *No caos da convivência* (Vozes, 2020).